

## O FEMININO E O FINAL DE ANÁLISE: VICISSITUDES DO IDEAL DO EU NO TRABALHO DE UMA ANÁLISE

LÚCIA ALVES MEES ; MARIA CRISTINA POLI 

Lúcia Alves Mees<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutora pelo Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Maria Cristina Poli<sup>2,\*</sup>

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Associada do Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

**RESUMO:** Partindo de duas vertentes diversas o tema do gozo e da sexualização e o final da análise e liquidação da transferência – pretendemos aproximá-las através da noção de destituição subjetiva, decorrente do fim do tratamento e subentendida na acepção de ausência de um significante que nomeie o feminino. Os conceitos de traço unário e de ideal do eu ligam os dois escopos conceituais citados, permitindo abordar os desdobramentos da transferência em análise e aquilo que é *não-todo* na sexualização. Conclui-se que a destituição subjetiva, que produz um analista ao final da análise, assemelha-se à posição feminina: sem o falo como resposta identificatória ao Outro e sem o nome/traço que faria contar o sujeito e agrupá-lo em um coletivo. É o significante da falta do Outro [S(A)] que permitirá ao analista, tendo concluído sua análise, abrir mão de sua condição de sujeito ao dirigir uma cura.

**Palavras-chave:** feminino; fim de análise; transferência; destituição subjetiva; psicanálise.

**Abstract: The feminine and the end of analysis: vicissitudes of the ego-ideal in the work of analysis.** Departing from two different views – the theme of jouissance and the final of analysis and liquidation of transference – we intend to approach them through the notion of subjective destitution, resulting from the end of treatment and implied in the idea of absence of a signifier that names the feminine. The concepts of unitary trace and of ego-ideal connect the two mentioned concept objectives, allowing to approach the unfolding of transference in analysis and the one which is not-all in the sexualization. It is concluded that the subjective destitution, that is produced by the analyst in the end of analysis, is similar to the feminine position: without the phallus as an identification to the Other and without the name/trace that would count the subject and groups him in a collective. It is the signifier of the lack of the Other [S(A)] that will allow to the analyst, having concluded his analysis, quitting his condition of subject in directing a cure.

**Keywords:** feminine; end of analysis; transference; subject destitution; psychoanalysis. DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142020002002>

\*Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142020002003>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons (cc by 4.0)

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendemos abordar o tema do final de análise em sua relação com o que Lacan designa como lado da mulher nas fórmulas da sexuação. Embora pertençam a escopos conceituais diferentes o tema do gozo e da sexuação, por um lado, e final da análise e liquidação da transferência, por outro, há pontos que permitem aproximar a destituição subjetiva decorrente do fim do tratamento e a ausência de um significante que nomeie o feminino. Essa aproximação trará, como demonstraremos, algumas elucidações para ambos os polos conceituais.

Para trabalharmos essas questões, é fundamental ter em vista os desdobramentos da transferência ao longo do tratamento, desde o estabelecimento do laço de amor e suposição de saber do início, até a resolução/destituição do final. A noção de ideal do eu acompanha tal desdobramento, e suas vicissitudes no tratamento permitem associá-lo à inexistência do significante relativo ao feminino. Abordaremos tal destino do ideal através da leitura proposta por Lacan do traço unário, que funda o ideal do eu e constitui os laços primordiais com a rede significante, possuindo especificidades quando abordado pelo viés do que o psicanalista designa como feminino.

A identificação ao traço inscreve o nome tanto o nome próprio como a possibilidade de nominar, já a identificação ao falo refere à identificação sexuada masculina, por efeito da “escolha” diante do pai possuidor do falo. Identificar-se a ele é também referendar o ideal do eu incluído na identificação com as insígnias paternas. Por outro lado, no feminino, o traço e o falo são *não-todos*, restando uma parte sem nome e sem identificação, como o é na destituição subjetiva relativa ao final de análise (MEES, 2019). Tal aproximação é o que pretendemos demonstrar a seguir.

### Ideal do eu e transferência

A suposição de saber referido ao analista Lacan o diz no seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (LACAN, 1964/1985) liga-se ao ideal do eu, aquele que tem seu germen no traço unário, e que resta, num segundo tempo, como herdeiro do Complexo de Édipo. Estes dois tempos referem-se à inscrição significante, no primeiro, enquanto escrita originária, a que apaga a materialidade do objeto até restar dele apenas um traço “marca” de sua ausência. Pois, “a função do traço unário [...] é a origem do significante. [...] [e] que é no traço unário que tem origem tudo o que nos interessa, a nós, analistas, como saber” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 44). No segundo momento, a inscrição significante se dá como marca do pai que combina saber (sobre o desejo da mãe, limitando-o) e amor, posto que é salvador do gozo mortífero. Nos dois tempos, a identificação é a consequência: identificação ao pai, como postula Freud (1921/1976) e como repete Lacan (1961-1962/2003), sendo o referido “pai” sinônimo da inscrição significante e dos efeitos identificatórios que daí advêm.

O trabalho de uma análise propõe uma desidentificação em relação a estes significantes primordiais. O conceito de ideal do eu é, portanto, fundamental para os desdobramentos do processo analítico, tanto pela via da travessia da fantasia como pela queda do amor de transferência com a separação entre o Ideal e o *objeto a*, como requer o final de análise (LACAN, 1964/1985).

Retomemos brevemente o trabalho de Freud sobre as instâncias dos ideais. Em *Introdução ao narcisismo* (FREUD, 1914/1974), ele propõe o *eu ideal* enquanto dotado da antiga onipotência do eu infantil, e o *ideal do eu* como modelo que faz intervir a função do juízo. O narcisismo infantil faz do eu o seu próprio ideal e aquilo que fere a noção de perfeição dele, causando ferida narcísica; é no ideal do eu que busca, segundo ele, o restabelecimento da completude. Nesse texto, ainda, Freud liga o narcisismo e o amor, postulando dois tipos de escolha de objeto: um narcisista e outro *de ligação*. No primeiro, amar-se-ia o que se é, ou o que se foi ou o que gostaria de ser, ou alguém que foi parte de si mesmo. No segundo tipo, amar-se-ia um representante da “mulher que alimenta ou do homem que protege” (p. 107). Esses dois modos de amar permitem esclarecer a diferença entre os dois tipos de ideal: no amor narcísico está a referência ao si mesmo do eu ideal, e, no outro, as instâncias parentais se fazem presentes, representando o ideal do eu. Freud deixa assim indicadas duas faces do amor: um narcísico, que tem o próprio eu como referência, e outro que passa pela *ligação* a um outro para se estabelecer, representados pela mãe nutriz e o pai protetor.

Já nas *Conferências introdutórias* (FREUD, 1916-1917[1915-17]/1976), a ênfase recai sobre o aspecto vigilante do ideal do eu, ou seja, ele aparece como instância encarregada da consciência moral, avaliadora das relações do eu com seu ideal. Quatro anos depois, em *Psicologia de grupo e análise do ego* (FREUD, 1921/1976), o ideal do eu é apresentado como separado do eu e capaz de entrar em conflito com ele. Suas funções são a auto-observação, a censura onírica, a consciência moral e a participação no processo de recalque. A observação do ideal do eu em relação ao eu o faz afastar os impulsos que contradizem o narcisismo. Freud demonstra que o comportamento do grupo (da massa) se caracteriza pela dissolução da identidade de cada sujeito, devido à

identificação horizontal entre seus participantes, assim como uma identificação vertical com o líder, cuja figura é introjetada, ocupando o lugar do ideal do eu de cada um dos integrantes do grupo. A massa, assim, age como uma unidade viva, seguindo docilmente o líder, sendo este representativo da figura paterna idealizada.

Em *O ego e o id* (FREUD, 1923/1976), ideal do eu e superego aparecem quase identificados. Na origem do ideal do eu, estariam as identificações com os pais e seus substitutos, reunindo funções de interdição e de idealização, além de noções éticas e culturais, reafirmando o laço do ideal do eu e a inscrição do que advém do outro. Em *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise* (FREUD, 1933 [1932]/1976), o ideal do eu é conceituado como precipitado de representações parentais e função do superego, a partir do qual o eu se avalia e se julga. O ideal do eu, portanto, passa a representar aquilo que o sujeito deve ser para responder às exigências do superego. O ideal do eu, assim, formará a base de todo ideal ético, estético e religioso. O eu ideal corresponde, de outro lado, ao que cada um espera de si a fim de responder favoravelmente às exigências de uma ilusão infantil de onipotência.

Lacan, por sua vez, destaca e esclarece as diferenças entre eu ideal e ideal do eu, reservando ao primeiro a relação ao registro do imaginário e a imagem de si; e, ao segundo, o laço com o registro simbólico, traço que referenda ou nega a imagem. O ideal do eu será o que comandará, segundo Lacan, o estabelecimento da transferência, através do qual “o sujeito se faz objeto amável. Por referência àquele que deve amá-lo, ele tenta induzir o Outro numa relação de miragem na qual o convence de ser amável” (FREUD, 1964/1985, p. 253). Para Lacan, portanto, o ideal do eu comparecerá à análise através do amor de transferência, efeito do sujeito suposto saber, e que bem diz da ilusão amorosa, centrando a questão no obscurecimento da falta que o amor promove: “Ao persuadir o outro de que ele tem o que nos pode completar, nós nos garantimos de poder continuar a desconhecer precisamente aquilo que nos falta, [o que] faz surgir a dimensão do amor” (LACAN, 1964/1985, p. 128). Assim, vale ressaltar, a transferência, ao se referir ao ideal do eu, diz do registro simbólico, do amor *de ligação*, aquele que pretende do Outro um traço ou significação que diga do sujeito amável à luz do ideal, em razão de portar as insígnias paternas. Com isso, Lacan esclarece que a constituição da transferência é tributária da suposição que o analista sabe sobre/detém os traços que nominam o sujeito. Traços que lhe permitiriam se contar, assim como os traços paternos que lhe permitem se situar diante do ideal, inclusive sexualmente.

O estabelecimento da transferência e sua liquidação acompanham a passagem, ao longo da direção da cura, da tapeação do amor à inexistência do encontro com o objeto, ou com uma significação acabada. O traço unário, ao fundar o ideal do eu, incide sobre isso, reunindo a posição a partir da qual o sujeito busca ser olhado enquanto amável, assim como alude ao saber implicado na significação do Um (LACAN, 1972-1973/2010), como se essa pudesse suturar a falta que vigora no ser.

O ponto do ideal do eu é o de onde o sujeito se verá, como se diz, como visto pelo outro [...]. O amor tem essência de tapeação. Ele se situa no campo instituído no nível da referência do prazer, desse único significante necessário para introduzir uma perspectiva centrada no ponto ideal, I maiúsculo, colocado em algum lugar do Outro, de onde o Outro me vê, na forma que me agrada ser visto. (LACAN, 1964/1985, p. 253).

Neste trecho do seminário, Lacan vem esmiuçando os pressupostos para afirmar, dentre outros aspectos, o que ele chama de “mola fundamental da operação analítica [que é] a manutenção da distância entre o I e o a” (p. 258). O I de ideal do eu, segue ele, refere-se ao traço unário – o *einzigiger Zug* proposto por Freud em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921/1976), o qual “muito curiosamente aliás [...] toma o modelo do pai anterior ao investimento libidinoso mesmo – tempo mítico certamente” (LACAN, 1964/1985, p. 242), ou ainda, que é o “nascimento da possibilidade, e vocês terão o traço unário, que, por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu” (LACAN, 1960/1998, p. 822). Em outro momento, ele acrescenta:

É o campo do Outro que determina a função do traço unário, no que com ele se inaugura um tempo maior da identificação na tópica então desenvolvida por Freud – a saber, a idealização, o ideal do eu. Desse significante primeiro, eu lhes mostrei os traços no osso primitivo que o caçador põe um entalhe e conta o número das vezes que faz mosca. (LACAN, 1964/1985, p. 242).<sup>1</sup>

Vale assinalar que, embora Lacan retire de Freud a referência ao traço unário e ao ideal do eu, o que cada um destes autores põe em relevo é diferente. O que interessava a Freud era o mecanismo da formação da massa (do grupo) e, a partir da noção de libido, localizar dois efeitos dela: a existência do líder e a ligação de uns indivíduos com outros. Para Lacan, diferentemente, interessa a marca do significante, aquela que permite a contagem de

---

<sup>1</sup> Lacan alude ao osso visto por ele em uma coleção de objetos pré-históricos e que tinha uma série de traços entalhados, provavelmente marcando o número de animais caçados.

um sujeito entre outros, como parte de um conjunto, e sua referência à função fálica e suas insígnias.

### O feminino e a função fálica

No seminário *Mais, ainda* (1972-1973/2010), Lacan retoma a noção de traço unário para destacá-lo como em parte ausente no feminino, *não-todo*. Ele conceitua ali que, no lado feminino (à direita do *quadro da sexuação* abaixo), não existe ninguém que escape à castração ( $\overline{\exists x \Phi x}$ ), o que conduz – na ausência de uma exceção – a que “elas” sejam *não-todas* na função fálica ( $\overline{\forall x \Phi x}$ )

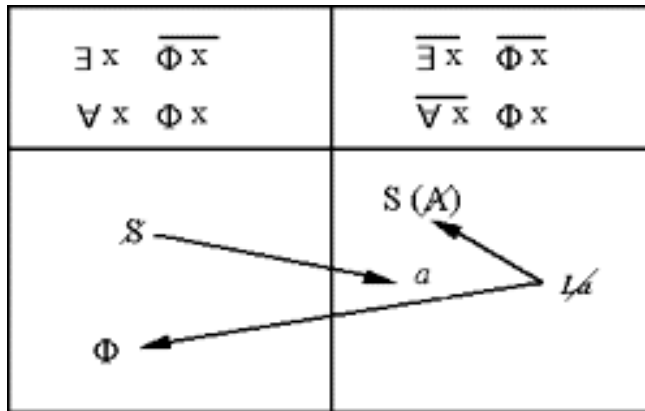


Figura 1 – Quadro da Sexuação  
Fonte: Lacan (1972-73/1985, p. 105).

A fórmula indica que, sendo *não-toda* na função fálica, não existe no feminino alguém que escape a ela: não há exceção fundadora, portanto, o conjunto feminino não constitui uma classe, mesmo que seja constituído por elementos singulares e contáveis. Se não há traço comum (único, unário) que as especifique, a primeira consequência é que não há “o feminino” enquanto uma categoria fechada. Como o artigo não pode se aplicar, Lacan escreve  $\bar{A}$  mulher. Isso deixa  $\bar{A}$  mulher sem classe à qual pertencer, sem traço distintivo que garantiria uma identidade feminina.

O sujeito, na metade em que se determina pelos quantificadores negados, vem de que nada existente constitui um limite da função, que não pode certificar-se de coisa alguma que seja um universo. Assim, por se fundarem nessa metade, “elas” são não-todas, o que tem também como consequência, e pela mesma razão, que tampouco nenhuma delas é toda. (LACAN, 1972/2003, p. 466).

Com o feminino, como não há todo – apenas o uma a uma –, a inscrição significativa é particular, restando uma parte não circunscrita pelo simbólico. E, como não há exceção, as mulheres estão “não-todas” submetidas à função fálica, restando um *mais além do falo*, que é também um *além do traço unário*.

Do lado masculino, Lacan escreveu: “todo  $x \Phi$  de  $x$ ”, ou seja, a todo elemento desse conjunto se aplica a função  $F x$ , ou, dito de outra forma, todo elemento do conjunto masculino é concernido pela função fálica. No alto, à esquerda, consta o “existe um  $x$  não  $\Phi$  de  $x$ ”, ou seja, existe ao menos um elemento desse conjunto para o qual essa função não se aplica: existe ao menos um que escapa à função fálica. Quer dizer, do lado da sexuação masculina, o ao-menos-um que escapa à castração define a exceção que faz existir a regra de que todo  $x$  é função de  $x$ , isto é, que o masculino é todo na função fálica. Diz ele: “Não há universal que não deva ser contido por uma existência que o negue” (LACAN, 1972/2003, p. 450).

Logo,  $\forall x Fx$  indica que é pela função fálica que o homem faz sua inscrição, exceto que essa função encontra seu limite na existência de um  $x$  pelo qual a função  $Fx$  é negada. Marc Darmon (1994) esclarece que a castração é a lei universal:  $\forall x Fx$  (para todo  $x$ ,  $x$  é castrado) e que existe ao menos um  $x$  que escapa a ela, precisamente aquele que a aplica a todos: o Pai simbólico.

De outro lado, este pai da exceção não se inscreve na sexuação feminina. O feminino não se identifica com tal pai, e a sua escolha é a do amor por ele. Logo, a instância do pai não se inscreve no feminino por identificação, não sendo incorporada, nem como identidade sexual, nem subjetiva.

A nomenclatura relativa ao masculino é a mesma inscrita no gozo fálico, o da linguagem, no qual o nome se inscreve e exige honrar tal inscrição. No feminino, o gozo *não-todo* supõe um não ao nome, designando um fora da linguagem, para além do fálico, ora linguagem, ora não nomenclatura, visto que “A mulher é ‘não toda’

há sempre alguma coisa nela que escapa ao discurso” (LACAN, 1972-1973/2010, p. 99).

O *quadro da sexualização* permite, portanto, duas modalidades de relação com a função fálica, na medida em que, em razão da linguagem, ela é relativa à castração. Assim, não é por ser homem que ele está na função fálica, mas, diferentemente disso, como esclarece Soler (2005), é pelo fato de um x indeterminado situar-se todo na função fálica que podemos chamá-lo de homem. O feminino, por sua vez, registra-se por consequência de seu *não-todo* laço com a função fálica. Trata-se de uma posição lógica que acarretará – *a posteriori* – determinada posição sexual, independente do sexo biológico.

Na parte inferior do *quadro da sexualização*, no lado esquerdo, masculino, vê-se o sujeito barrado, porque marcado pela castração, assim como o significante fálico, F, inscrito como uma função, ou seja, o acesso ao significante fálico necessita da castração simbólica para que se escreva sob a forma da função F x (DARMON, 1994). No campo feminino, vê-se o *objeto a*, causa de desejo; o significante da falta do Outro S(A) e L̄, A mulher barrada, indicando a sua duplicidade em relação ao gozo – gozo fálico, por um lado, mas também gozo Outro, mais além do falo. O L̄, dito de outro modo, diz da mulher que não existe, pois que inexiste o significante do feminino: “esse A de A mulher (La femme), a partir do momento em que ele só se enuncia por um ‘não todo’, não pode ser escrito, pois só existe aqui barrado: Ā mulher (L̄ femme)” (LACAN, 1972-1973/2010, p. 170).

Como Lacan (1975-1976/2007) assinalou, a dimensão da falta na linguagem e a falta que inscreve a castração não se confundem. S(A) indica que há um significante que falta no Outro, posto que a linguagem é indelevelmente marcada por uma falta primordial; enquanto o falo Φ designa a falta específica, a que concerne à castração.

É aqui em S(A), e que há que lê-lo: significante de uma falta no Outro, inerente à sua função mesma de ser o tesouro do significante. Isso na medida em que o Outro é solicitado (che vuoi) a responder pelo valor desse tesouro [...] em termos de pulsão. A falta de que se trata é, com efeito, aquilo que já formulamos que não há Outro do Outro. (LACAN, 1960/1998, p. 833).

Portanto, as posições de gozo todo fálico e *não-todo* fálico se definem a partir da função fálica por consequência da castração. Assim sendo, S(A) não funda uma sexualização, não é um outro referente (como o é o falo), o que, se o fizesse, levaria a ser a “outra metade” do masculino, apagando a “inexistência da mulher” e seu correlato: “a relação sexual não existe”. Logo, tanto o masculino e o feminino estão referidos ao falo, embora “ela” esteja aí *não-toda*, restando algo de não escrito também em seu gozo, representado no *quadro da sexualização* por S(A).

A não existência da mulher e a da relação sexual se reúnem no *mais além do falo*, visto que “a relação sexual só ocorre nos seres humanos a partir do falo, que estabelece seus limites. Mas ao mesmo tempo essa referência institui o Real como *impossível*, ou aquilo que não existe (‘não há relação sexual’)” (PRATES, 2001, p. 98). O significante da falta do Outro é, em vista disso, ausência de nomeação, referindo-se àquilo que é silêncio no feminino e que remete ao gozo Outro, além do fálico. Ou ainda, como diz Lacan, “não há Outro do Outro. É por isso que esse significante, com esse parêntese em aberto, marca esse Outro como barrado S(A)” (LACAN, 1972-73/2010, p. 170). O aforismo sobre a inexistência do Outro do Outro e sua falta significante conflui para o mesmo ponto: não há linguagem que totalize o que se pode dizer, faltando sempre algum significante que daria consistência a todos os outros. S(A), portanto, define-se como um furo, delimitando um impossível que, a partir do seminário *Mais, ainda*, é articulado ao feminino. S(A) não se confunde ainda com o *objeto a*, pois demarcam campos distintos da falta.

S(A) designa, no entanto, alguma coisa do sujeito, precisamente seu “impensável”, isto é, o que, desse sujeito, escapa à representação. Essa designação merece ser delimitada, uma vez que a escrita do objeto (a) tende a designar um algo que carece de significante. Há aí uma diferença que vale a pena ressaltar: ela implica em primeiro lugar que S(A) não é o significante do objeto (a). S(A) denota a falta de significante. Nessa qualidade, fornece apoio formal às fórmulas lacanianas do tipo: “não há...” [...] ao passo que o objeto (a) se cristaliza numa letra, para designar aquilo que do gozo escapa à inscrição significante. (KAUFMANN, 1996, p. 311).

Em comum entre o S(A) e o *a*, apenas o registro da parcialidade referida no *não-toda*: parte não inscrita na função fálica, com consequente ausência de algo da representação (impossível representar a falta da linguagem), assim como a presença de um gozo que é *Outro* em relação ao fálico.

### O feminino e o ideal do eu

No que se refere ao feminino e a questão do ideal do eu, afirma Millot que: “A dificuldade de resolução, própria do Édipo feminino, resulta [...] da dificuldade da formação de um ideal do ego feminino, contraditório em seus termos, o ideal implicando a insígnia fálica” (MILLOT, 1998, p. 43), explicitando assim a ligação da inexistência do significante que designe o feminino à ausência de um traço distintivo/único/unário.

## O feminino e o final de análise: vicissitudes do ideal do eu no trabalho de uma análise

O ideal do eu é sustentado por um traço – *einzigiger Zug*, traço “unário”, que é da ordem da insígnia, intermediário entre o signo e o significante. Comanda a posição do sujeito, estando, assim, em relação com o registro especular. Representa aquilo graças ao quê o sujeito restaura a satisfação narcísica perdida, ou seja, comporta um ideal de onipotência (MILLOT, 1998, p. 30).

Lacan (1953-1954/1986), como já abordamos antes, diferentemente de afirmar o imaginário do ideal, descreve que é a posição simbólica que determina o *lugar enquanto vidente*, situando aí o ideal do eu, com efeitos sobre o eu ideal; esse, sim, da ordem do imaginário. Portanto, diferentemente da autora antes citada e de situar apenas o registro especular – o imaginário –, propomos que é preciso considerar uma primeira “amarração” entre eles. Isso porque o ideal do eu, como já dissemos, refere o ponto simbólico, de ancoragem à imagem narcísica/especular, reunindo o traço de registro a partir do qual se contará um sujeito, e a imagem que passará a lhe corresponder. Pois, como diz Lacan: “Pode-se distinguir radicalmente o ideal do eu do eu ideal. O primeiro é uma introjeção simbólica, ao passo que o segundo é fonte de uma projeção imaginária. [Esta] depende da possibilidade de referência a este termo simbólico primordial que pode ser monoformal, monosssemântico, *ein einziger Zug*”. (LACAN, 1960-1961/1992, p.344).

Lacan (1962-1963/2005) se refere ainda a esse ponto de referendo à imagem no seminário *A angústia*, ao descrever a busca do bebê pelo olhar do Outro que lhe confirme a imagem, como que anunciando “és esse”. Pois, como Lacan já afirmara antes, “basta compreender o estádio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1949/1998, p. 97). Lacan, portanto, identifica a ratificação à imagem como ideal do eu, e a imagem produzida por efeito disso, como eu ideal. Com isso, enlaça os dois registros, o simbólico do ideal do eu e o imaginário do eu ideal.

Assim como o ideal do eu é simbólico, o amor guarda elementos do mesmo registro, com efeitos imaginários, entretanto, não se restringindo a isso. O amor tem consequências na imagem de si que aludem à onipotência narcísica, porém, *ligam-se* aos elementos do traço do ideal do Outro registrados no sujeito por identificação.

O amor em análise, efeito da transferência, retomando, é relativo ao ideal do eu, efeito do traço unário advindo do Outro, a partir do qual se conta um sujeito. A busca do amor e saber se dirige na análise a essa instância que ratifica um sujeito e uma imagem que lhe corresponda. É a partir do laço com tal instância simbólica que o sujeito poderia se ver “com bons olhos”, alusão ao ideal amoroso almejado. Se o Outro portar os traços que referendam/testemunham o sujeito, e, portanto, estiver ligado ao suposto saber sobre ele, o amor se sucede, tanto dirigido àquele que dá o referendo, quanto ao próprio eu, agora olhado a partir do olhar do Outro. Porém, algo fica fora desses registros, o que Lacan (1962-63/2005) esclarece ao dizer que o *objeto a* não é passível de espelhamento. Por mais que ele ganhe uma versão imaginária e simbólica, se suspendida, resta o *objeto a* enquanto pura falta, desvelando a ausência da imagem e de qualquer nome. Sem a roupagem dada ao *objeto a*, o sujeito surge dividido, sem consistência. Essa é outra forma de considerar a passagem do Ideal ao *objeto a* em questão no fim de análise: se o ideal do eu se inscreve no simbólico e tem efeito sobre o imaginário, ao final será o real do *objeto a* que advirá, fora das palavras ou da imagem.

Sobre o feminino e o traço, será na retroação do segundo tempo da inscrição do ideal do eu que ele parecerá faltar a ela. Será no *a posteriori* da falta do significante do feminino que a inscrição do traço unário também se situará como faltante, bem como sua imagem e seu corpo lhe sugerirão estar em falta. Pois, no que tange à sexualização, é um segundo tempo da identificação e do ideal do eu que ela se coloca: aquele que, a partir do segundo tempo do complexo de Édipo, convoca o sujeito a se situar enquanto masculino ou feminino, ou, dito de outro jeito, situar-se diante do pai enquanto regido pelo falo, ou *não-toda* na função fálica. O *Um* do unário se registra, portanto, enquanto lógica fálica, reunindo – *a posteriori* – o traço e o falo. Nesse ponto, se situa o ideal na aceção também proposta por Freud, a de herdeiro do Édipo: “Freud explorou e articulou como sendo a saída do Édipo, do qual, após o recalque do desejo edípico, o sujeito sai renovado, e provido de quê? A resposta é: de um Ideal do eu” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 300). O amor ao pai salvador/sabedor do Outro se constitui como resposta a esse tempo edípico, com efeitos de identificação sexual relativa a cada sexualização. O masculino escolhendo se situar identificado à função fálica, e o feminino *não-toda* relacionada a ela. É por retroação desde esse segundo tempo que o primeiro, ligado ao traço unário, inscreve-se enquanto não dizendo sobre o feminino. O tempo anterior é aí reinterpretado a ponto de registrar que algo não é contado no feminino. Algo do traço identificatório que ele anuncia se registra como *não* ao todo identificado ao traço do pai.

Tanto o ideal do eu quanto o eu ideal criam um envoltório ao “início”, conferindo um nome e uma imagem ao real. No segundo tempo da inscrição do ideal do eu, resta um nome e imagem associados agora à sexualização: o nome e o corpo masculino enquanto todo fálico; ou feminino, *não-todo* nominado, com o corpo abrigando uma falta no campo significante. O traço unário na feminilidade, logo, não faz concluir sobre o *um* sujeito inscrito em uma classe, como o faz no masculino. Para este, o traço unário – *a posteriori* – inscreverá a identificação

que será também sexuada, a ponto de *ser masculino* corresponder a quase toda identidade.

Como referimos antes, a escrita do significante ata o sujeito ao falo, com consequências diferentes para o masculino e para o feminino. Para o masculino, a inscrição é toda regida pela função fálica, o que leva à identificação com essa lógica, a lógica do *Um*, do traço *Um* (únario, único) e do falo enquanto o significante que é central – único, nesse sentido – na constituição da sexuação masculina e do gozo fálico. Com o feminino, diferentemente, nem o traço únario, nem o falo simbólico são exclusivos (únicos) em sua sexuação e gozo.

O *mais além* do *Um* demarca o que não se escreve do traço e do pai. Há uma posição *Outra*, consequentemente, relativa à identificação. A posição feminina, logo, alude a uma “destituição subjetiva” inerente a si.

A destituição subjetiva do final de análise supõe uma queda do nome e da imagem próxima à da posição feminina. Os significantes que escrevem o laço com o nome se registram de modo *não-todo*, pois, ao mesmo tempo, referem um *mais além*, não inscritevel, não passível de identificação.

### A destituição subjetiva

A destituição subjetiva, portanto, assemelha-se àquilo que a posição feminina demarca no *quadro da sexuação*: sem o falo como resposta identificatória ao Outro e sem o nome/traço que faria contar o sujeito e agrupá-lo em um coletivo. O significante da falta do Outro [S(A)] do feminino, assim, assemelha-se ao que está em causa na destituição subjetiva. A ausência do traço da posição feminina e a *não-toda* inscrição na função fálica se associam ao *des-ser* do final da análise. Sem as identificações que promoveriam uma classe, o indelevelmente singular se coloca. Assim como o é com o psicanalista, sozinho na condição de acolher a transferência de cada caso e despido das referências identificatórias próprias quando escuta e intervém com cada analisante.

As referências simbólicas do traço, do falo e do ideal do eu se abalam até abrir o real que delimita o impossível da relação sexual (LACAN, 1972-1973/2010) e do tudo representar. *Outra* lógica se inscreve junto a isso: a lógica *não-toda*. Nesta, o real preside uma parte dela enquanto campo não inscritevel pelo traço/nome, nem pelo falo como designador da falta. O registro do real que, diferentemente de anunciar um gozo mortífero, participa do ato analítico enquanto *mais além* da linguagem, mesmo que a tenha tido por referência. Dessa forma, a *lógica do real*, assim sugerimos, explicita-se naquilo que o ato analítico demonstra: ato de linguagem que, ao transpor o dizer, abre a dimensão do *mais além*. Trata-se do registro do real que surge por ultrapassamento, tendo se valido do simbólico, ou do pai, desde que se tenha se servido dele. Como o diz Lacan: “A psicanálise, ao ser bem-sucedida, prova que podemos prescindir do Nome-do-pai. Podemos prescindir com a condição de nos servirmos dele” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 132).

Retomando, alguns elementos essenciais perfazem o que está em causa, segundo Lacan (1967/2003), no final da análise. São eles: a dissolução da transferência, a destituição subjetiva e o atravessamento do fantasma. Elementos imbricados entre si, eles ligam a queda do *sujeito suposto saber* da transferência com a queda dos significantes ideais que representavam o sujeito, destituindo-o. Junto a isso, a travessia da inscrição/cena fantasmática põe em xeque os lugares do sujeito e do objeto [S(a)] que sustentaram as relações com o Outro até ali.

Se, no início de uma análise, o amor de transferência e a busca de sentido são seus motores principais dela, no desenrolar do tratamento o significante comparece enquanto não garantindo uma significação última, remetendo o sujeito à sua *falta-a-ser* (LACAN, 1958/1998). Logo, amor, saber e ser se enlaçam na composição transferencial, como explicita Maurano (2006) ao considerar que a aposta que fundamenta a transferência é a de um saber que daria conta do furo presente na relação do sujeito ao Outro: “Na transferência, temos, por um lado, um *apelo ao saber* que advém da relação com a linguagem e, por outro lado, um *apelo ao ser*, que se configura como demanda de amor. Demanda de vir a encontrar consistência, o sentido do seu ser, pela via do amor” (MAURANO, 2006, p. 28).

O desdobramento da análise conduz à desarticulação dos significantes e dos sentidos aprisionados nas identificações, em relação às quais o sujeito está amarrado, na dupla acepção de constituído e preso. No final da análise, com a destituição subjetiva decorrente, produz-se o efeito da assunção de um sujeito indelevelmente marcado pela falta significativa. O sentido, que visava fazer crer na potência do significante, ao se esvaziar, conduz ao desvelamento das brechas não preenchidas por ele. O Outro, logo, não se inscreve mais como instância que responderia sobre o sujeito, nem como instância a tentar completar ou a fazer gozar. O fantasma que encenava essa tentativa se esvazia da necessidade de a cada vez oferecer o objeto que supostamente completaria o Outro e ao sujeito.

A suposição de saber ao analista, com sua queda/dissolução, produz a inscrição de uma falta que não tem como ser aplacada, nem com o sentido, nem com o significante, nem com o amor, saber ou gozo.

A estrutura, assim abreviada, permite-lhes ter uma ideia do que acontece ao termo da relação transferencial, ou seja, quando, havendo-se resolvido o desejo que sustentara em sua operação o psicanalisante, ele



não mais tem vontade, no fim, de levantar sua opção, isto é, de ficar com o resto que, como determinante de sua divisão, o faz decair de sua fantasia e o destitui como sujeito. (LACAN, 1967/2003, p. 257).

A queda do sujeito suposto saber coincide com a destituição subjetiva, conforme citação acima da *Proposição de 9 de outubro*. Pois, a destituição subjetiva corresponde à queda dos significantes que representavam o sujeito e é correlata ao desvanecimento do Outro, com o desvelamento de sua falta e de sua inconsistência. Junto a isso, o atravessamento do fantasma se associa à destituição subjetiva, na medida em que a posição do sujeito no fantasma é definida pelos significantes que o representavam.

O fim da psicanálise é justamente o de que ele se realize como constituído por essa divisão [...] em que qualquer significante [...] comporta a possibilidade de sua ineficiência, precisamente ao operar essa representação, de sua colocação em falso a título de representante. Não há psicanalisado, há um ‘tendo sido psicanalisante’, donde só resulta um sujeito advertido de que isso em que ele não poderia pensar é constituinte de qualquer ação sua. (LACAN, 1967-1968/ 2001, p. 225).

Ao final da análise, o sujeito voltará a se deparar com a divisão que o constitui e, como “sujeito advertido”, não se tratará mais do fantasma que teme e deseja um Outro idealizado e gozador. Sobre isso, afirma Soler que, da experiência de sua divisão, cada sujeito experimenta a presença “do não-sabido e do não-querido” (SOLER, 1995, p. 16) diante da impossibilidade de fazer Um. O sujeito no fim de análise, diz ainda a autora, encontra o limite de seus atributos ontológicos, “o limite estático do ‘você é isso’”; este ser agora “não-identificado pelo significante, um ser não representável” que irá “alcançar o que no sujeito não é registro simbólico, mas registro real” (SOLER, 1995, p. 75).

O “ser isso” proporcionado pelas identificações, ao cair e advir o *des-ser*, leva a incluir o registro do real que retira a referência ao *Um*, ao ser inteiro ou *todo*. Ressaltamos, assim, que esses pontos relativos ao fim de análise se associam com aqueles escritos no lado feminino do *quadro da sexualização*, qual seja: o *objeto a*, o  $S(\mathcal{A})$ . O  $S(\mathcal{A})$  se relaciona com o não-representável do sujeito, com o *não-todo*. Quanto ao *objeto a*, ele se anuncia na divisão do sujeito e ganha a função de causa, e não mais a de objeto fantasmático que almejava aplacar o que falta.

### **Final da análise**

Dito isso, o ideal do eu participa do estabelecimento da transferência e também de sua dissolução, tendo a destituição subjetiva como consequência. Na destituição subjetiva do final da análise, portanto, o ideal do eu, por comandar a transferência, deixa de se sustentar com a queda da suposição de saber, descortinando a *falta-a-ser* do sujeito. O traço do Outro se revela, conseqüentemente, como insuficiente para dizer do sujeito. A direção da cura intervém, logo, sobre a *falta-a-ser*, isolando os ideais, as identificações, os significantes condensadores de sentido, e desvelando a falta implicada na causa do desejo. Assim, a queda do suposto saber coincide com a queda do I do ideal do eu gestado pelo *um* do traço unário, com efeitos sobre a imagem do sujeito (como ele queria ser visto através do ideal), suas identificações (ao traço advindo do Outro), sobre o laço com a instância paterna e sobre o objeto, efeito da passagem do I ao *a*. E esses efeitos se ligam, como vimos propondo, ao próprio da posição feminina formulada por Lacan no seminário *Mais, ainda* (1972-1973/2010).

A destituição subjetiva é, portanto, o que permitirá ao analista, tendo concluído sua análise, abrir mão de sua condição de sujeito ao dirigir uma cura. O “empréstimo” do psicanalista aos significantes e ao *objeto a* do analisante requer que o psicanalista possa ter aberto mão dos seus próprios. A destituição subjetiva, como indicamos acima, supõe que tenha havido a queda dos significantes advindos do Outro e que representavam o sujeito. O lastro simbólico, fruto das identificações, ao se destituir, reduz o sujeito à sua divisão. Essas identificações, por sua vez, concerniam à posição do sujeito no fantasma, configurando a relação com o objeto fantasmático. Já o sujeito reduzido à sua divisão faz cair o objeto que ele foi estruturalmente para o Outro, experienciando-se a partir daí enquanto falta: o *objeto a*. Pois: “A queda do analista é intervenção no real. É nisso que o analista ocupa o lugar do desconhecido, do *objeto a* do único sujeito em questão: o analisante” (DOMB, 1996, p. 115).

O desvanecimento do Outro, sua falta, sua inconsistência – produzido no final de análise – retira a razão de lhe dirigir a questão sobre o desejo (o próprio e o do Outro), ou ainda, retira as identificações produzidas pelos significantes ideais provenientes do Outro, ao mesmo tempo em que liberta o analisante a corresponder a tais identificações.

Como já dissemos, a destituição subjetiva supõe a perda do fundamental traço que identificava um sujeito, com o conseqüente *des-ser* que evoca certa despersonalização no final. Na destituição subjetiva, portanto, a lógica da afirmação fálica e da demanda é deslocada pela lógica *não-toda*: nem tudo se afirma no significante  $[S(\mathcal{A})]$ , e o objeto que pretende atender ao Outro é apenas subterfúgio à sua face real, *objeto a*, impossível de determinar e satisfazer.



**Recebido em:** 8 de abril de 2019. **Aprovado em:** 10 de maio de 2020.

#### REFERÊNCIAS

- DARMON, M. *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- DOMB, B. *Más allá del falo*. Buenos Aires: Lugar editorial, 1996.
- FREUD, S. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (1916-17[1915-17])*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 21-285. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 15)
- FREUD, S. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise (1933[1932])*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 15- 220. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22)
- FREUD, S. *O ego e o Id (1923)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 23-89. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 19)
- FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do ego (1921)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 91-183. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18)
- FREUD, S. *Sobre o narcisismo: uma introdução (1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 89-119. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14)
- KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LACAN, J. *A angústia (1962-1963)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (O Seminário, 10)
- LACAN, J. *A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958)*. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. *A identificação (1961-1962)*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. Edição não comercial. (O Seminário, 9)
- LACAN, J. *As formações do inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (O Seminário, 5)
- LACAN, J. *A transferência (1960-1961)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (O Seminário, 8)
- LACAN, J. *Encore (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2010. Edição não comercial. (O Seminário, 20)
- LACAN, J. *Mais, ainda (1972-1973)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (O Seminário, 20)
- LACAN, J. *Nota italiana (1967)*. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. *O ato analítico (1967-1968)*. Porto Alegre: Escola de Estudos Psicanalíticos, 2001. Edição não comercial. (O Seminário, 15)
- LACAN, J. *O aturdido (1972)*. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. *O avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. (O Seminário, 17)
- LACAN, J. *O estádio do espelho como formador da função do eu (1949)*. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (O Seminário, 1)
- LACAN, J. *O sinthoma (1975-1976)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (O Seminário livro 23)
- LACAN, J. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (O Seminário, 11)
- LACAN, J. *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967)*. In: LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. *Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960)*. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MAURANO, D. *A transferência: uma viagem rumo ao continente negro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MEES, L. *O feminino do fim de análise: a passagem do gozo Outro ao desejo do analista e seu ato*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019.
- MILLOT, C. *Nobodaddy: a histeria no século*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- PRATES, A. L. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. São Paulo: Hacker editores/FAPESP, 2001.
- SOLER, C. *Variáveis do fim de análise*. Campinas: Papirus, 1995.

**Lúcia Alves Mees**

lucia.mees@gmail.com

**Maria Cristina Poli**

mccpoli@gmail.com